



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social  
Brasil

Ferreira Borsoi, Izabel Cristina  
Acidente de trabalho, morte e fatalismo  
Psicologia & Sociedade, vol. 17, núm. 1, enero-abril, 2005, pp. 21-28  
Associação Brasileira de Psicologia Social  
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309323896004>

# ACIDENTE DE TRABALHO, MORTE E FATALISMO

**Izabel Cristina Ferreira Borsoi**  
**Universidade Federal do Ceará**

**RESUMO:** Este artigo se propõe discutir a atitude fatalista diante do acidente de trabalho e da morte. Toma como suporte empírico a representação que trabalhadores acidentados na construção civil constroem acerca daqueles eventos. Parte de um conjunto de entrevistas com seis trabalhadores que se encontravam afastados do trabalho por invalidez decorrente do acidente. A análise realizada busca mostrar que os indivíduos tendem a construir explicações e justificativas a partir de uma perspectiva fatalista de modo a poderem aceitar e conviver com o medo do acidente e da morte ou com a dor da perda. Argumenta também que a atitude fatalista, não pode se modificar apenas com a tomada de consciência, por parte dos trabalhadores, de que acidentes e mortes no trabalho estão relacionados a condições precárias de trabalho. Para modificarem suas atitudes, seria necessário, também, que experimentassem novas condições de vida e trabalho, podendo, assim, construir uma nova concepção de mundo e de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** morte, acidente, fatalismo, trabalho.

WORK ACCIDENT, DEATH AND FATALISM

**ABSTRACT:** This article proposes a discussion about the fatalistic posture adopted when a worker faces work accidents and death. It has its empirical support on the representation which injured construction workers create about these events. The study was based on interviews made with six workers who were unable to return to work due to the disability caused by accidents. The accomplished analysis intends to show that the individuals create explanations and justifications based on a fatalistic perspective. This way of thinking enables them to accept and to live with the fear of accidents and death, or with the pain caused by a loss. It also argues that the fatalistic attitude cannot be modified only by understanding that accidents and deaths that happen at the work environment are related to its precarious conditions. In order to change this attitude, it would be necessary to experience new conditions of life and work, so that the workers would be able to create a new conception of the world and of life.

**KEY-WORDS:** death, accident, fatalism, work.

## INTRODUÇÃO

Não é incomum ouvirmos expressões como “tinha que acontecer” quando se está diante de um evento trágico, ou no mínimo, indesejado. Doença, acidente ou morte são acontecimentos que geralmente nos levam a perguntar: “por que tinha que ser assim?”. Em caso de morte, há sempre quem diga “cada um tem sua hora”. Frente a um assalto ou acidente, não soaria estranho se ouvíssemos que aquele indivíduo estava no lugar errado na hora errada, ou que era seu destino, mesmo que o dito lugar fosse visivelmente inseguro pelas próprias características. Em outras palavras, o que tem que acontecer, simplesmente acontece e não há como escapar do fato. Crenças como essas mostram que, muitas vezes, buscamos transferir a causa do acontecimento indesejado, motivo de sofrimento, a algo que está fora do nosso controle, de preferência bem distante de nós. É deste modo que o fatalismo ganha forma e expressão.

O que pretendo abordar neste artigo é a atitude fatalista diante de alguns eventos que nos

causam grande sofrimento. As reflexões oferecidas aqui terão como suporte empírico a representação que trabalhadores acidentados da construção civil constroem sobre acidente e morte. Trata-se de seis trabalhadores afastados do trabalho por invalidez decorrente de acidente na construção civil e que foram abordados em situação de entrevista com enfoque em história de vida. Todos haviam sofrido acidente de trabalho grave durante a jornada de trabalho e estavam, naquele momento, ou aposentados ou recebendo benefícios do INSS enquanto aguardavam a efetivação da aposentadoria. Pela história de trabalho que têm, esses indivíduos tanto podem falar sobre a própria experiência de escaparem da morte, como também sobre a experiência de presenciarem acidente e morte de companheiros de trabalho<sup>2</sup>.

## A MORTE:

### UM EVENTO NATURAL-TRÁGICO PARA OS VIVOS

Como evento que atinge a todos, a morte é geralmente algo sobre o qual evitamos pensar. Quase

sempre, é percebida como tragédia que marca a ruptura definitiva no ciclo da vida, o que põe, para muitos, um dilema angustiante: onde estarei quando deixar de existir? Inferno? Paraíso? Apenas a frieza da terra? Ou será, simplesmente, nada? Objetivamente ninguém poderá responder, pois, como evento que ocorre a todo vivente, somente o processo de morrer pode ser vivido e não a morte objetiva, fato. Neste sentido, Wittgenstein afirmava: "A morte não é um acontecimento da vida: não se vive a morte"<sup>3</sup>. Donde, o que ocorre depois dela não deveria ser algo a nos preocupar. Também Epicuro (341-260 a.C.), sabiamente, já exortava que morrer não deveria ser razão de angústia, pois "Quando nós estamos, a morte não está; quando a morte está, nós não estamos"<sup>4</sup>. Mas de que adianta a razão conhecer que não estaremos quando a morte estiver? O problema é que tendemos a viver não só a angústia do que virá depois (se algo vier), mas também, e principalmente, a dificuldade em nos desvencilharmos daquilo que temos e dos que amamos.

Na Idade Média, o processo de morrer era acompanhado de um ajuste de contas do moribundo com a própria vida e com aqueles que o cercavam. Era a religião – *religare* –, geralmente, que mediava toda a vida dos homens. A garantia do paraíso estava diretamente relacionada à capacidade que tinham de se desvencilhar de pendências pessoais e bens terrenos. "Da vida nada se leva" era uma conclusão certeira. A morte súbita era então temida por não permitir tempo para acertos e arrependimentos. A morte precisava ser domada, controlada e, para tanto, os homens criavam seus mecanismos de convivência com ela (ARIÈS, 1989). Diante dos rituais de proteção não da morte, mas da queda no fogo do inferno, e frente à determinada necessidade de naturalizar o morrer, numa época em que a mortalidade elevada era lugar comum, é provável até que, naquele momento, ao se deparar com tal evento, o homem fosse menos angustiado que na era moderna.

O processo de individualização crescente produzido pelo capitalismo, que tudo transforma em mercadoria, incluso a morte, torna o indivíduo cada vez mais restrito a si mesmo. Embora sabendo ser impossível viver na ausência de relações com os outros, o indivíduo busca ser a medida de si e também dos outros. Agora não há mais a morte domada, compreendida, aceita como acontecimento natural. Diante da ausência de uma "arte de morrer", sobra o medo, o tabu que regula até mesmo o discurso acerca dela, pois falar de tal tema obriga a pensar a finitude da vida e, por decorrência, o fim dos projetos, a perda do que se tem entre coisas e gente. Quando "ser" está diretamente relacionado ao "ter", quando o "vil mortal" torna-se o principal mediador da vida dos ho-

mens, o acerto de contas é algo que sequer deve ser cogitado. Se o homem medieval compreendia e aceitava a dor como necessária à expiação e à libertação de sua alma do mundo terreno, o homem moderno tende a esconjurar o sofrimento na doença, pois não encontra nele nenhum significado, além da tortura do próprio corpo e do espírito.

Ivan Ilitch, personagem do belo romance de Tolstói<sup>5</sup>, já é fruto da modernidade. Após ter conquistado os bens e o prestígio que perseguira, depara-se com a dor que não o abandona e a consciência aguda da implacabilidade da morte. Diante disto, tornam-se inevitáveis a revolta e uma pergunta: "Por quê? Para que tal horror?". Não há sentido algum em morrer. Aliás, este é um processo que importuna e incomoda também os vivos que precisam se haver com o sofrimento do moribundo e depois com os despojos do morto. Mas não só. O problema é que, agora, quem morre é o indivíduo com toda a sua singularidade e incomparabilidade. A morte como parte do gênero pode ser aceita, mas como parte de *mim mesmo, eu* como centro, jamais. E é isto que Ivan Ilitch expressa na sua luta vã contra o fim que se aproxima:

O exemplo de silogismo que aprendera no compêndio de lógica de Kiesewetter – "Caio é um homem, os homens são mortais, logo Caio é mortal" – sempre lhe parecera exato em relação a Caio, jamais em relação a ele. Que Caio, o homem abstrato, fosse mortal, era perfeitamente certo; ele, porém, não era Caio, não era um homem abstrato, era um ser completa e absolutamente distinto de todos os demais. Ele fora o pequeno Vânia, com sua mamãe e seu papai, com Mítia e Volódia, com os brinquedos, o cocheiro, a ama, depois com Kátienka e com todas as alegrias, tristezas e entusiasmos da infância, da adolescência e da mocidade. Porventura conheceu Caio o cheiro da pequena bola de couro listrado de que Vânia tanto gostava? Por acaso Caio beijava a mão da mãe como Vânia? Era para Caio que a seda do vestido da mãe fazia aquele frufru? Fora Caio quem protestara, na escola, por causa dos pastéis? Tinha Caio amado como Vânia? Seria Caio capaz de presidir, como ele, uma audiência?

"Caio é de fato mortal e, portanto, é justo que morra, mas quanto a mim, o pequeno Vânia, Ivan Ilitch, com todos os meus sentimentos e minhas idéias, o caso é inteiramente outro. É impossível

que eu tenha que morrer. Seria demais-  
ado horrível.” (TOLSTOI, 1998, p. 47).

Não, a morte não é para *mim*, a morte é sempre *do e para o outro*. Fora da ficção, não raramente encontramos “Ivans Illichs” de carne e osso expressando seus dramas. Assim, é esperado ouvirmos de pessoas acometidas por doenças graves – daquelas que acabam obrigando a pensar no próprio fim – dizerem: “nunca imaginei isto acontecer comigo”, ou “por que eu?”. O indivíduo se vê como singular, único, e não como parte do gênero *outro*. Por esta razão, não poderia estar entre aqueles que a morte deve colher numa espécie de jardim da vida. Não raro, outra pergunta pode surgir: “que fiz eu para estar assim?”. Aqui a dor e a morte parecem ser sentidas como forma de punição por atitudes e comportamentos considerados inadequados, mas, mesmo que vire a vida pelo avesso, o indivíduo nem sempre consegue encontrar razão para tal castigo, o que poderá ser mais um motivo para se sentir injustiçado pela escolha que fez Deus ou o destino.

Se, para uns, há tempo para se mortificarem com a proximidade da morte, para outros nem sempre é possível se vitimarem e lamentarem o fim da própria vida. A morte súbita geralmente causa espanto, dor e até desespero somente aos que estão ao redor. E, geralmente, diante da surpresa do sofrimento, quem fica tende a buscar explicação e conforto na determinação divina ou no destino.

Assim, de um modo ou de outro, seja a morte súbita ou não, se Deus ou o destino não são suficientes para a aceitação do acontecimento, as justificativas precisam ser encontradas em outro lugar. Aqui a causa da morte poderá ser explicada, inclusive - tanto para quem consegue experimentar o processo de morrer como para aqueles que ficam - pelo próprio comportamento do indivíduo, na sua vida carregada de excessos de trabalho ou de prazeres mundanos. Enfim, é preciso sempre encontrar algum responsável na tentativa de apaziguar tanto o espírito de quem está morrendo quanto, e principalmente, o espírito dos vivos que, ao mesmo tempo, precisam reorientar suas vidas para que não caiam na mesma armadilha. Uma coisa, entretanto, parece certa, súbita ou não, a morte não pede licença, simplesmente invade sorrateiramente a vida dos homens.

#### ACIDENTE, MORTE E FATALIDADE

Nada mais sorrateiro, e, porque não, até traiçoeiro, que morte resultante de acidente. Ela surge como uma espécie de ceifeiro que chega do nada e colhe o que quer. De súbito, quem falava e trabalhava há pouco cai inerte sem voz, sem gesto. Foi assim que num dos primeiros dias de agosto de 2002 três operários foram soterrados num canteiro de obras de uma

construtora em Fortaleza, no Ceará. Uma cena nem tanto incomum no ramo da construção civil. A vida que se expressava nas faces e nos corpos desmanchou-se como que tomada por uma repentina e inesperada rajada de vento. A conclusão da investigação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) apontou algo também em nada incomum: a empresa era a única responsável pelo acidente por não ter adotado medidas adequadas de segurança para o andamento da obra<sup>6</sup>.

Este evento é apenas um entre aqueles que compõem uma estatística assustadora. No Brasil foram registrados 339.800 acidentes de trabalho em 2001<sup>7</sup>, dentre os quais 2.257 foram fatais, um número de mortes já considerado um grande avanço do Programa Nacional de Redução de Acidentes Fatais no Trabalho, pois antes dele chegou-se a registrar 3.896 mortes somente em 1999 e 3.094 em 2000<sup>8</sup>. Ora, números como estes fazem lembrar baixa de guerra, com a diferença de que quem vai para o fogo cruzado de uma batalha sabe que lá está para matar ou morrer, mas quem, pela manhã, sai ao trabalho espera fazê-lo unicamente para viver.

O problema é que, em várias atividades, a vida parece se equilibrar numa corda bamba, ameaçada a todo o tempo pelas condições inseguras que oferecem alguns trabalhos dentro de determinadas empresas. Aqui a construção civil figura como um dos ramos produtivos mais perigosos, principalmente pela sistemática ausência de política de segurança das construtoras (SILVA et alii, 1993; BORSOI, 1999). Os trabalhadores conhecem o perigo, tentam ocultar o medo, mas são obrigados a conviverem com ambos, quando não são forçados a lidarem com o fantasma de um ou outro acidente que colhe a vida de algum companheiro com quem compartilharam o trabalho e as brincadeiras típicas da construção civil. Relatos de quem precisou enfrentar o perigo e/ou conviver com cenas de morte não deixam dúvidas sobre a dramaticidade destas experiências.

Os trabalhadores podem até desafiar o perigo e construir o que Dejours (1992) chama de “ideologia defensiva” como mecanismo coletivo de proteção contra o medo. Esta é uma estratégia segundo a qual, diante de atividades reconhecidamente arriscadas, os trabalhadores tendem a desafiar o perigo se expondo a ele. Ao desafiarem o risco, eles teriam a sensação de dominá-lo. Para o autor, esse sistema, chega mesmo a ser tradição na construção civil à medida que se torna necessário e compartilhado.

Entretanto, em que pese a estratégia defensiva por eles construída, não é raro encontrar também situações em que o trabalhador tenta, a todo custo, escapar ao que chama “trabalho assombrado”, “trabalho perigoso”, “arriscado”. Para isto, pode, inclusive, lançar mão de recursos como “inventar outro ser-

viço" para fugir da cobrança de algum mestre-de-obra.

Enfrentando ou fugindo do perigo e do medo, uma coisa, entretanto, parece certa: não há como driblar a morte. Para os esses trabalhadores, esta, até mesmo por precisarem se proteger, não pode em hipótese alguma ser posta como esperada. Então, mesmo diante da necessidade de se conviver com o perigo, a morte será sempre percebida como surpresa, obviamente, nada desejada. E diante da impossibilidade de explicá-la e compreendê-la, é preciso ao menos justificá-la. Então, na busca de algum sentido plausível e aceitável, os indivíduos tendem a vê-la como fatalidade.

No plano conceitual, o que é o fatalismo se não uma compreensão da existência segundo a qual o destino de todos está de antemão predeterminado? Neste caso, "Aos seres humanos não resta outra opção senão acatar seu destino, se submeter à sorte que lhe determina" (MARTÍN-BARÓ, 1987, p. 137). No plano da vida, entretanto, é preciso concordar com Gramsci (1987, p. 24) quando diz que "o fatalismo não é se não a maneira pela qual os fracos se revestem de uma vontade ativa e real". Trata-se de um determinismo mecânico, é verdade, mas ainda assim é uma forma de conduzir as ações sobre a realidade em que vivem.

É diante de condições sobre as quais há a consciência do perigo e, ao mesmo tempo, há também a necessidade de viver uma espécie de faz de conta no sentido de negar o risco, até mesmo para permanecerem trabalhando, que os operários da construção tendem a explicar de modo fatalista a própria tragédia e a dos outros. Deste modo, uma queda em um poço de elevador a uma altura de oito andares, relatada por um trabalhador acidentado e considerada por ele próprio como sendo resultado de ausência de sinalização e iluminação adequadas, acaba sendo percebida como desígnio do destino: "não tinha perigo não; perigo mesmo foi só desta vez que eu desci e tinha que acontecer". O próprio fato do acidente não ter resultado em morte é algo difícil de se conceber considerando a altura da queda. Sendo assim, até mesmo a sobrevivência torna-se parte do que "tinha que acontecer", ou seja, tanto viver como morrer torna-se, ao final, fruto do acaso.

Atribuindo ao demiurgo a responsabilidade sobre o trágico, de certo modo os trabalhadores encontram coragem necessária para lidarem com o perigo visível e o próprio medo da morte. Desta forma, mesmo que admitam que o trabalho é arriscado, o acidente só irá acontecer e a morte só poderá abater "se Deus quiser". Retomando a tese da "ideologia defensiva" de Dejours, o que está posto é que o desafio ao perigo e a exposição a ele implica, necessariamente, a expectativa de que a morte não acontecerá ao desafiante. Assim, se falhar a proteção "conquista-

da" com a "ideologia defensiva" e a morte ocorrer, esta será fruto da fatalidade, do acaso, e não o resultado de atitudes deliberadamente mais perigosas que a própria situação de trabalho.

Entre os trabalhadores abordados aqui, não raro há referências sobre acidentes com morte geralmente associados a condições inseguras, como aponta o depoimento abaixo:

O servente morreu num choque elétrico.

Pegou nuns fios, tinha uns fios assim pendurados, pegou nuns fios, trabalhando lá foi pegar nos fios, pegou num descascado, tinha um bocado de fio assim, acho que o choque que deu nele... ele foi se enrolando assim nos fios, aí caiu no chão, morreu na hora, ficou pretinho, carbonizado.

Mesmo que reconheçam a condição perigosa pela ausência de segurança oferecida pelas próprias construtoras, o acidente fatal acontece aos companheiros de labuta porque "tinha que acontecer". Em outras palavras, a morte chegou porque já era seu momento. Para quem sofreu acidente grave e sobreviveu, o que aconteceu foi um grande susto: "Eu andei muito perto de morrer, mas acho que não chegou a hora ainda", diz um trabalhador. E se Deus permitiu que o acidente acontecesse, ao menos evitou que a tragédia fosse maior não subtraindo a vida: "Deus não quis que eu morresse".

Assim, saúde e doença, vida e morte são processos que se explicam pela intervenção de Deus ou do destino, mesmo que, muitas vezes, os próprios trabalhadores reconheçam que determinadas condições de vida e trabalho sejam fundamentais para a proteção da saúde e da vida, e que a ausência de uma política de segurança adequada nas construtoras seja a grande responsável por acidentes e mortes. Esta dupla forma de racionalizar os eventos que atropelam a vida pode até parecer um tanto paradoxal. Um olhar mais atento, entretanto, poderá mostrar que se trata de uma visão bastante coerente da realidade.

Estes indivíduos não estão cegos frente ao mundo em que vivem. Seu "saber sensível", para adotar uma expressão gramsciana, permite identificar as causas imediatas de tudo o que ocorre. Suas histórias de vida são geralmente marcadas por um conjunto de adversidades e certo quantum de sofrimento, normalmente associado à determinada situação de vida na qual a precariedade e a incerteza são os mais fortes matizes. Iniciam-se no trabalho muito cedo, ainda na infância, e geralmente, em atividades consideradas muito penosas, a exemplo do trabalho agrícola, da preparação de barro para fabricação de telhas, das frentes de trabalho do governo etc. Já adultos e, normalmente, com família constituída, o medo do de-

sempre, a baixa escolaridade e a falta de qualificação são geralmente os principais motivos para se submeterem ao trabalho nas condições que oferecem as construtoras (BORSOI, 2002). Reconhecem que é possível ter segurança no trabalho e que a insegurança é resultado do descaso das próprias empresas, como declara um entrevistado:

Umas empresas dão segurança, outras não dão. Tem umas que a gente trabalha com segurança, trabalha com coragem. Se você trabalha amarrado, trabalha com cinto, aí escapole uma perna ou solta uma mão, ele não desce de uma vez, ele se agarra, seja o que for. Mas sem nada, sem segurança nenhuma é assustado. É assustado, o trabalhador só trabalha assombrado (sic).

Diante da impossibilidade de fugir, é preciso enfrentar o perigo, o “trabalho sem segurança”, que, por sua vez, torna-se “trabalho assustado”, “assombrado”; diferente do trabalho seguro que é o trabalho “com coragem”. Aqui é possível até “traduzir assombrar por fantasma da morte presente na possibilidade concreta da queda” (BORSOI, 2001, 147).

Fica claro que o trabalhador sabe que sua vida está em risco porque não há segurança efetiva das condições de trabalho. O binômio segurança-coragem se opõe à insegurança-medo, ambos percebidos como diretamente associados à situação objetiva, concreta de trabalho. Então, a busca de justificação dos acontecimentos através de Deus ou do destino não está relacionada, necessariamente, à causa imediata, mas à explicação última de porque acontece de um jeito e não de outro.

Ora, os homens não suportam conviver com aquilo que não conhecem e não explicam. O que é estranho tende a gerar angústia, razão porque é preciso compreender, de algum modo, os eventos que ocorrem ao redor, principalmente quando se trata de algo que causa desconforto e sofrimento. Desde a era mitológica, quando ainda não havia uma compreensão filosófica do homem e de seu mundo, os homens vêm perseguindo formas de compreensão de tudo aquilo que os cerca, a começar pelo sentido da própria vida. Assim, se estão diante da impossibilidade de explicarem determinados acontecimentos em torno da vida e da morte pelas causas naturais e pelas determinações históricas, tendem a buscar explicações mágicas na tentativa de encontrarem coerência e sentido tanto para a felicidade quanto para a tragédia que possam experimentar.

O temor da morte sempre fez parte deste processo, razão porque foi necessário aos homens conceberem a imortalidade dos deuses e depois a da própria alma como forma de encontrarem alívio para a

angústia e algum modo de transcendência. O sentido da vida estaria, então, posto, no que poderia vir depois e não, necessariamente, na vida em si mesma.

A época dos mitos se foi, a filosofia se consolidou como fundamento do conhecimento construído pelos homens, a ciência se afirmou como modo de explicação para os eventos naturais e sociais que envolvem os homens e para tudo aquilo que, de alguma forma, afeta suas vidas – o que vai desde a seleção de sementes que melhor possam suprir suas necessidades de alimento até o que pode ocorrer à distância de anos luz da órbita da terra. Em que pese isto, o pensamento mágico se mantém presente na vida dos indivíduos, tanto para explicar a desigualdade social, o sofrimento e a morte como também para amortecer a revolta, minimizar os conflitos, fornecer solo para a resignação e a aceitação quando o sentimento de impotência impera.

Neste sentido, Marx e Freud, por exemplo - o primeiro no campo da filosofia e da economia política e o segundo no solo da psicologia, ambos defendendo ontologias distintas para explicarem o homem -, falam sobre a importância do pensamento mágico na vida dos indivíduos e tomam a religião como uma expressão singular dessa necessidade. Em Marx (1993, p. 78) “a religião é o suspiro da criatura oprimida, o íntimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. É o ópio do povo”. Sendo assim, ela seria mera “expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real”. Em sua visão materialista da sociedade, Marx está criticando as formas idealistas de compreensão da condição social dos homens. A religião seria o que ele vai denominar de “felicidade ilusória”, algo que atuaria atenuando os conflitos e amortecendo o desalento dos indivíduos submetidos à exploração econômica e social, característica de uma sociedade fundada na luta de classes. Em Freud (1974a, 1974b) a religião seria um tipo de “delírio de massas”, algo necessário à sobrevivência psíquica dos indivíduos frente àquilo que o próprio psiquismo não suportaria diante, também, do sentimento de desamparo que lhes causa a “força esmagadoramente superior da natureza” e as imposições da vida em sociedade. Guardando a devida distância, Marx e Freud tratam a religião como uma espécie de resgate mágico do qual a maioria dos indivíduos lança mão por se perceber impotente diante da própria miséria e dos próprios medos.

Se Deus protege e pune, se Deus tem o poder sobre a vida e sobre a morte, tudo o que ocorre aos homens está de antemão determinado por ele. Deste modo, a religião acaba fornecendo uma munição importante à atitude fatalista que, por sua vez, facilita a aceitação de determinadas condições de desigualdade social e exploração. Martín-Baró (1987, p. 152-

153) argumenta que o fatalismo resulta de processos de dominação fundamentados em relações sociais construídas a partir da apropriação de recursos básicos à sobrevivência humana. Trata-se, então, de uma “realidade social, externa e objetiva, antes de se converter em atitude pessoal, interna e subjetiva” diante do fato de que “as classes dominadas não têm possibilidade real de controlarem seu próprio futuro, de definirem o horizonte de sua existência e moldarem sua vida de acordo com esta definição”. Esta dominação torna-se efetiva quando é acolhida psicologicamente, isto é, quando adquire sentido comum entre os indivíduos. Assim, através do fatalismo, as pessoas tendem a dar sentido à inevitabilidade de determinadas condições que não oferecem alternativa à vida que não o submetimento ao destino.

Para indivíduos como no caso dos operários de que tratamos aqui, que aprenderam desde a infância que há uma espécie de ordem natural das coisas e que vêm na própria condição de vida e nas relações de mando e de exploração até mesmo uma determinada ordem divina, o acidente e a morte só poderiam ser, em última instância, determinados por Deus ou pelo próprio destino. É preciso dar sentido coerente e aceitável àquilo que percebem como inevitável e, desse modo, a visão fatalista dos acontecimentos atua, inclusive, no sentido de amortecer o medo e facilitar a aceitação do risco. Não fosse isso, voltar ao trabalho depois de ter sofrido algum acidente, ou até mesmo após presenciar a morte de um companheiro, seria uma tarefa ainda mais sofrida, senão impossível.

De certa forma, o fatalismo está associado a uma atitude de docilidade frente aos processos de submetimento no trabalho e na vida. E o que é o caráter dócil senão a capacidade de aceitar facilmente o que se impõe ou sugere, o que se diz do indivíduo de “fácil trato”, “cordato”<sup>99</sup>? Se é assim, é até esperado que trabalhadores que assumem este modo de agir não questionem de modo efetivo as condições objetivas que enfrentam no trabalho; pelo contrário, é possível mesmo imaginar sua aceitação por acharem que “a vida é assim mesmo”. E se o fatalismo está na base da explicação e justificação de tudo o que acontece na vida dos indivíduos, então, ele tende a ser, por isto mesmo, um valioso instrumento ideológico nas mãos de quem detém poder.

Quando a definição do próprio destino assume-se quase como um artigo de fé, a submissão diante das condições de vida é interpretada como obediência à vontade de Deus e a docilidade social se converte em uma virtude religiosa; tudo aquilo que poderia afetar os núcleos fundamentais da ordem social é excluído como objeto de mudança (MARTÍN-

BARÓ, 1987, p. 155).

Se os indivíduos estão convencidos de que por vontade própria ou coletiva nada podem modificar, se creem que toda e qualquer mudança real das condições sociais de vida só pode se efetivar com intervenção divina e se estas mesmas condições dão sustentação a este modo de pensar, não há lugar para outra coisa senão a manutenção das relações de exploração e dominação.

No caso dos trabalhadores que abordamos, a aceitação do acidente e também da morte como fruto do acaso, do desígnio de Deus ou do destino pode, inclusive, colaborar para eximir as empresas da própria responsabilidade sobre as causas de eventos como estes. Obviamente que o operário sabe que “trabalhar com segurança é trabalhar com coragem”, ou seja, o risco de acidente seria menor em condições adequadas de trabalho. Entretanto, ele também pensa que, mesmo em condições seguras, se o acidente tiver que ocorrer, simplesmente ocorrerá e a morte também, “porque eu estou vendo que vai acontecer”. Diante disto, é até mesmo possível esperar atitudes passivas por parte dos trabalhadores frente o descaso das empresas em relação à segurança: por que e para que reivindicar e se indispor com os patrões, arriscando, inclusive, perder o próprio emprego, se, ao final, tudo o que acontece aos homens tem o peso da mão de Deus ou do destino? Quanto às empresas, se a visão fatalista pode contribuir para calar o trabalhador, por que elas, por iniciativa própria, adotariam políticas de segurança adequadas?

É preciso levar em conta, entretanto, que a atitude fatalista não é uma questão de tudo ou nada, mas se apresenta em diversos níveis e numa multiplicidade de matizes. A crença na fatalidade imutável do próprio destino se mantém sempre sobre o claro-escuro do domínio que, de fato, tem cada pessoa sobre sua própria existência (MARTÍN-BARÓ, 1987, p. 155-157).

Se a raiz do fatalismo, em última instância, “não está na rigidez mental das pessoas, mas na imutabilidade das condições sociais” com as quais elas precisam conviver (MARTÍN-BARÓ, 1987, p. 156), então seria possível pensar até mesmo na possibilidade de eliminação da atitude fatalista. Isto implicaria, entretanto, uma mudança da “relação entre a pessoa e seu mundo, o que supõe tanto uma mudança pessoal como social” (MARTÍN-BARÓ, 1987, p. 156). Neste sentido, não basta ao trabalhador desejar ou sonhar que a vida se modifique, não é suficiente tomar consciência de que acidente e morte no trabalho são frutos de reais condições precárias de segurança. É também necessário que ele experimente uma nova

condição de vida e trabalho para que, assim, possa começar a construir uma nova concepção de mundo na qual, entre outras coisas, as causas do que acontece de bom e mal na vida não seja atribuída a Deus ou ao destino, mas sim às ações, intencionais ou não, dos próprios indivíduos.

Obviamente, a morte, como evento natural intrínseco ao processo de viver, não está sob domínio humano, mas a morte prematura, aquela que fura a vida porque esta não está sendo vivida com a qualidade e o sentido que deveria ter, poderia, sim, estar sob algum controle dos homens.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Agradeço a Erasmo Miessa Ruiz as preciosas sugestões feitas durante a elaboração deste trabalho.

<sup>2</sup> Parte dos resultados da pesquisa com esses trabalhadores constam em outros dois trabalhos: o primeiro discutindo o perigo, o acidente e o medo na construção civil (BORSOI, 2001); e o segundo abordando os sentidos do trabalho para o operário afastado de suas atividades produtivas (BORSOI, 2002).

<sup>3</sup> A afirmação encontrada no *Tractatus*, 6.4311 e citada no verbete “Morte” em Abbagnano (2000, p. 683).

<sup>4</sup> Referência citada no verbete “Morte” em Abbagnano (2000, p. 683).

<sup>5</sup> Trata-se da obra “A morte de Ivan Ilitch”.

<sup>6</sup> Cf. Diário do Nordeste (2002).

<sup>7</sup> É preciso considerar que lidamos com subnotificação de casos de acidente. Os dados referem-se aos casos que chegam à Previdência Social. É provável que este número seja ainda muito mais elevado.

<sup>8</sup> Cf. Estado de São Paulo (2002).

<sup>9</sup> Cf. Ferreira (1999).

#### REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARIÈS, P. *O Homem diante da morte*. Vol. II. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BORSOI, I. C. F. O Impacto Psicológico do Acidente de Trabalho em Trabalhadores Aposentados por Invalidez. In: SAMPAIO, J. J. C. et alii (Orgs.). *Trabalho, Saúde e Subjetividade*. Fortaleza: Ed. INESP/EDUECE, 1999. p. 124-130.

BORSOI, I. F. C. Quando o malabarista não é um artista: o perigo, o acidente e o medo na construção civil. In: RIGOTTO, R. (Org.). *As tramas da (in)sustentabilidade: Trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará*. Fortaleza, INESP, 2001. p. 145-159.

BORSOI, I. F. C. Os sentidos do trabalho na construção civil: o “esforço alegre” sem a alegria do esforço. In: JACQUES, M. da G.; CODO, W. (Orgs.). *Saúde Mental e Trabalho: Leituras*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 309-324.

DEJOURS, C. *A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio Eletrônico: Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1999. CD ROM produzido por Lexikon Informática Ltda.

FREUD, S. O futuro de uma Ilusão. In: *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974a. p. 15-75.

FREUD, S. O Mal-estar na Civilização. In: FREUD, S. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974b. p. 73-171.

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

MORTE dos Operários. *Jornal Diário do Nordeste*. 23 de agosto de 2002. Caderno Cidade.

MORTE por acidente de trabalho cai 34,37%. *Jornal Estado de São Paulo*. 26 de setembro de 2002. Caderno Cidades.

MARTÍN-BARÓ, I. El latino indolente. Carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. In: MONTERO, M. (Coord.). *Psicología Política Latinoamericana*. Venezuela: Editorial Panapo, 1987. p. 135-162.

SILVA, C. A. D. et alii. Construindo o progresso. In: ROCHA, L. et alii (Orgs.). *Isto é trabalho de gente? - Vida, doença e trabalho no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1993. p. 294-320.

TOLSTÓI, L. *A morte de Ivan Ilitch*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ediouro/Publifolha, 1998.

Borsoi, I.C.F. "Acidente de trabalho, morte e fatalismo"

*Izabel Cristina Ferreira Borsoi É Graduada em Psicologia (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES), mestre em Psicologia Social (PUC-SP), doutora em Sociologia (Universidade Federal do Ceará - UFC) e professora do Departamento de Psicologia da UFC. O endereço eletrônico da autora é: cristinaborsoi@uol.com.br*

**Izabel Cristina Ferreira Borsoi**

**Acidente de trabalho, morte e fatalismo.**

**Recebido: 10/12/2004**

**1<sup>a</sup> revisão: 17/02/2005**

**2<sup>a</sup> revisão: 10/05/2005**

**Aceite final: 16/05/2005**